

Pequenas empresas sofrem mais os efeitos da crise, segundo o Cebrae

As pequenas e médias empresas representam hoje o setor mais prejudicado pela política econômica, já que está sofrendo, num grau mais acentuado, os reflexos da desaceleração das vendas e da queda do nível de emprego, afirmou ao GLOBO o presidente do Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae), Rubens Novaes de Freitas.

Na sua opinião, a política econômica, terá que "ceder um pouco" em relação às suas três variáveis básicas: a correção monetária, a correção cambial e a política salarial.

MUDANÇAS NECESSÁRIAS

O presidente da Cebrae considera, no entanto, que as mudanças mais necessárias devem ser adotadas nos sistemas atuais de correção monetária e cambial, que se permanecerem intactos poderão neutralizar todo o esforço já realizado de redução dos índices inflacionários.

Segundo ele, se em 1982 não houver mudança na política econômica a situação do País "poderá se tornar insustentável devido à redução da atividade econômica e ao agravamento do problema do desemprego".

Para Rubens Novaes, os três fatores mais destacadados da política econômica criam, atualmente, uma situação sufocante para as empresas, na medida em que forçam a elevação dos seus custos, num nível bem superior ao das suas receitas.

— As matérias primas importadas, por exemplo — explica Rubens Novaes — estão com seus preços subindo na base de 20 por cento acima da inflação interna, devido ao tipo de política cambial, que vem sendo aplicada.

Na sua opinião, quando a inflação estiver estabilizada na faixa de cinco por cento ao mês — o que permite projetar o índice para cerca de 70 por cento ao ano — a manutenção das políticas de correção monetária, cambial e salarial tendem a colocar uma barreira intransponível à estratégia de combate à inflação.

SITUAÇÃO APERTADA

Rubens Novaes disse que embora os indicadores não revelem ainda uma frequência anormal de quebras e falências, já manifestam claramente as dificuldades que as pequenas e médias empresas estão enfrentando.

Citou os levantamentos de conjuntura elaborados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que demonstram que a recessão econômica vem atingindo mais as pequenas e médias empresas e poupança mais as grandes.

No caso das pequenas e médias empresas, com até 200 empregados os indicadores revelam fortes quedas no total de horas ocupadas e no nível de atividades (produção), acompanhadas de elevação da capacidade ociosa. Os dados da Fiesp indicam, por exemplo, que entre janeiro e

LEVANTAMENTO DE CONJUNTURA — ÍNDICES FIESP EMPRESAS COM ATÉ 200 EMPREGADOS

	TAXAS DE VARIAÇÕES (*) (%)		
	JAN/AGO/81 SET/80 - AGO/81		JAN-AGO/80 SET/79 - AGO/80
	JAN-AGO/80	SET/79 - AGO/80	
1. TOTAL DE PESSOAL OCUPADO	— 8,1	— 6,7	
2. TOTAL DE HORAS PAGAS	— 11,0	— 9,0	
3. HORAS TRABALHADAS NA PRODUÇÃO	— 13,5	— 13,5	
4. CONS. ENERGIA ELÉTRICA NA PRODUÇÃO	— 11,0	— 6,5	
5. TOTAL DE SALÁRIOS NOMINAIS	85,5	85,0	
6. TOTAL DE VENDAS NOMINAIS	90,5	98,0	
7. NÍVEL DE UTIL. CAPAC. INSTALADA	77,0	78,5	
8. INDICADOR DE NÍVEL DE ATIVIDADES	— 10,0	— 7,0	

EMPRESAS DE TRÊS A SETE MIL EMPREGADOS

	TAXAS DE VARIAÇÕES (*) (%)		
	JAN/AGO/81 SET/80 - AGO/81		JAN-AGO/80 SET/79 - AGO/80
	JAN-AGO/80	SET/79 - AGO/80	
1. TOTAL DE PESSOAL OCUPADO	— 2,7	0,1	
2. TOTAL DE HORAS PAGAS	— 2,0	2,0	
3. HORAS TRABALHADAS NA PRODUÇÃO	— 2,0	3,0	
4. CONS. ENERGIA ELÉTRICA NA PROD.	— 3,5	— 1,0	
5. TOTAL DE SALÁRIOS NOMINAIS	99,0	103,0	
6. TOTAL DE VENDAS NOMINAIS	92,0	96,0	
7. NÍVEL DE UTIL. CAPAC. INSTALADA	82,0	83,5	
8. INDICADOR DE NÍVEL DE ATIVIDADES	— 5,0	— 1,5	

(*) — O último mês incluído no numerador é estimado. Seu resultado é baseado nas unidades informantes da amostra, cujos dados primários se encontravam disponíveis em tempo hábil de processamento.

O indicador de utilização da capacidade instalada (nº 7) expressa um nível médio — o complemento de 100 representa a capacidade ociosa. Os valores contidos na 1ª coluna se reportam à média de janeiro a agosto/81 e na 2ª à média dos últimos 12 meses findos no de agosto/81.

agosto deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado, o total de horas trabalhadas na produção caiu 13,5 por cento, a capacidade ociosa chegou a 23 por cento e o nível de atividades sofreu uma queda de 10 por cento (isto é, está no nível de menos 10 por cento).

A mesma comparação, tomando como referência empresas com um número de empregados compreendido entre três e sete mil, mostra que as quedas observadas foram menores. O total de horas trabalhadas na produção, no mesmo período, caiu apenas dois por cento (taxa negativa), a capacidade ociosa ficou em torno de 18 por cento e o nível de atividades apresentou uma taxa de menos cinco por cento.

O levantamento conjuntural da Fiesp compara também (ver tabelas) alguns indicadores, tomando como referência o período setembro de 80 a agosto de 81, em relação ao período setembro de 79 a agosto de 80. Para as empresas com até 200 empregados, o total de horas trabalhadas na produção caiu 13,5 por cento, a capacidade ociosa se elevou para 21,5 por cento e o nível de atividades sofreu uma queda de sete por cento. Já para as empresas com três mil a sete mil empregados, no mesmo período, o total de horas trabalhadas na produção subiu três por cento, a capacidade ociosa ficou em 16,5 por cento

e o nível de atividades caiu apenas 1,5 por cento.

DISCRIMINAÇÃO DOS BANCOS

Para Rubens Novaes, a situação das pequenas e médias empresas está diretamente relacionada às dificuldades de acesso ao crédito e à política salarial.

Ele explicou que com a queda relativa dos depósitos à vista nos bancos comerciais, nos últimos meses, a disponibilidade de recursos para operações através da Resolução 388 do Banco Central vem se estreitando. E que os bancos comerciais são obrigados a aplicar, de acordo com a Resolução, 12 por cento dos seus depósitos à vista em operações com pequenas e médias empresas, com taxas de juros de 45 por cento ao ano.

— Como consequência da queda dos depósitos — disse — as exigências de reciprocidade aumentaram, reduzindo o número de empresas com acesso ao crédito barato, enquanto as taxas de mercado se encontram num nível bem superior. Além disso, a restrição do crédito, de uma maneira geral, tem aumentado do grau de discriminação contra este segmento empresarial.

No caso da política salarial, as repercuções mais negativas ocorrem entre as pequenas e médias empresas, uma vez que são elas as que mais empregam mão de obra de baixa qualificação, cuja remuneração se encontra concentrada na faixa

de até três salários mínimos. Ou seja, a faixa beneficiada pelo adicional de 10 por cento sobre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que serve de base aos reajustes de salários.

Já nas grandes empresas, que, em geral, operam com mão de obra qualificada a situação é um pouco distinta, na medida em que as faixas salariais mais elevadas não chegam a receber o INPC integral, ficando os resjustes, abaixado da inflação.

Rubens Novaes, acredita, no entanto, que não é este o principal problema do setor, já que através do recurso à rotatividade da mão de obra (demissões de operários e contratação de outros, na véspera dos resjustes) elas estão conseguindo neutralizar boa parte da elevação das suas folhas salariais.

Na sua opinião, o quadro geral das despesas das pequenas e médias empresas é quase dramático, com exceção das que ainda mantêm contratos antigos de crédito e juros subsidiados: os salários estão subindo acima do INPC (inflação, segundo alguns técnicos); os juros também, já que boa parcela dos créditos obtidos estão sendo remunerados na base de taxas de mercado; os tributos, no mínimo, acompanham a inflação; os preços das matérias primas estão subindo acima da inflação, puxadas pela atual política cambial; finalmente, as taxas de juros de operações financeiras no exterior também sobem mais que a inflação.

Apenas por esse fato, ou seja, a questão dos preços, Kok acredita que a importação não precisa ser cogitada. Freitas Escobar, da Esco, prefere nem discutir a possibilidade de importação. Da mesma forma que Klaussner, Escobar ressalta que, feitas as encomendas, o Governo terá uma resposta ultra-rápida por parte das empresas.

Assim, Klaussner, Kok, Escobar e Bauth entendem que o que falta ao programa de irrigação do Cerrado é planejamento. Até o momento, como explicou Klaussner, sabe-se apenas que a primeira fase do programa não implica na ampliação das fronteiras agrícolas, mas somente no aumento da produtividade, por meio da irrigação, das propriedades rurais já instaladas na região, que não dispõem de grande infra-estrutura nos setores de transporte e de distribuição de energia elétrica.

Implantada a primeira fase do programa, ou seja, a incorporação de cem mil hectares, tudo é novidade, já que até o momento não foram oficialmente divulgadas as áreas do Cerrado que serão irrigadas. A região do Cerrado brasileiro abrange os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, e parte da Bahia, de Minas Gerais e de São Paulo.

E, na opinião de Kok, foi exatamente a falta de planejamento que levou à visão errada da necessidade de importação de equipamentos para irrigação.

Esses equipamentos representam, na verdade, a última etapa do processo. O programa precisa ser amadurecido, o que significa o tempo suficiente para as empresas se prepararem para atender ao programa.